



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13983 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

QUESTÕES EDUCACIONAIS EM DEBATE NO PERIÓDICO “EM ABERTO” (INEP/MEC) NO INÍCIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1985)

Hildete Pereira dos Anjos - Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**Resumo:** O trabalho objetiva analisar, no periódico Em aberto, os principais problemas educacionais herdados da ditadura civil-militar e as perspectivas para seu enfrentamento pelos governos envolvidos na redemocratização do país. A escolha do periódico se deu por sua característica de discurso oficial, produzido inicialmente para circulação interna no MEC. O periódico foi analisado em sua proposta editorial (presente nos números iniciais) e no número 25 (1985), nos três artigos que compõem as seções Enfoque e Pontos de Vista. Conclui-se, provisoriamente, que ganhavam ênfase o chamado fracasso escolar, a ausência de políticas educacionais e a necessidade de juntar posicionamentos ligados à educação popular com os projetos governamentais de educação em elaboração.

**Palavras-chave:** Lutas por educação, redemocratização do país, periódicos

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um esforço de contextualização histórica das lutas de educadores brasileiros no período entre o final da ditadura civil-militar e a promulgação da Constituição de 1988, dentro de uma pesquisa maior que objetiva estudar as lutas por educação no sudeste do Pará no período em tela. Para este trabalho, analisamos o periódico Em Aberto, considerado porta-voz dos posicionamentos governamentais da época. Neste artigo, fazemos dois movimentos necessários para os objetivos da pesquisa. Primeiro apresentamos o trabalho preliminar, que consistiu em caracterizar o periódico, para o que utilizamos os dados presentes no volume inicial (1981) e dispersos ao longo de outros números. Segundo,

realizamos um trabalho exploratório do número 25, primeiro número do volume 4 (publicado em 1985), o qual trata especificamente das perspectivas e problemas da educação brasileira naquele momento histórico.

## **METODOLOGIA**

Ainda que nosso interesse de pesquisa fosse analisar os problemas educacionais apontados no Em Aberto na transição para a democracia, consideramos necessário dar um passo atrás para caracterizar o periódico e assim, justificar sua escolha, tendo sido necessário buscar o volume inicial e, a partir daí mapear as mudanças presentes nas descrições do material compulsado. Segundo Fernandes e Kuhlman Jr. (2012, p. 565) “a análise de um periódico não pode tomar a fonte como se fosse um sujeito histórico, independente das pessoas reais e das tensões existentes nas relações sociais em que se produzem os discursos e os bens culturais”. Assim, analisamos também a materialidade que concorre com os sentidos mobilizados na publicação.

Criado para circulação interna no MEC em 1981, o periódico Em aberto anunciava como meta “aproximar e articular os técnicos do MEC” (1981, não paginado). Desse modo, o situamos como um discurso governamental, tomando-se como indício de autoria a vinculação com um órgão de governo e a intenção de circulação interna. Até o ano 4, n 26, (abr-jun de 1985) o periódico continuava destinado à circulação interna no Ministério da Educação e reproduzia documentos oficiais ou publicações de outros periódicos, transcrições de trechos de livros ou artigos que entendemos como encomendados (uma vez que não são indicadas, na publicação, regras para submissão de artigos).

## **RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO**

Na década de 1980, as primeiras edições dedicadas às mudanças esperadas na educação nacional dentro do processo de democratização e do processo constituinte foram publicadas no ano de 1985 (ainda no formato de circulação interna, de modo que se pode inferir que se trata de debates nos limites das temáticas que o MEC considerava importantes).

Do vol. 4 (1985) em diante as temáticas tratadas apresentam relação com as discussões acerca dos problemas educacionais tratados na Constituinte, e isso se inaugura com o número 25, o qual tem como título *Perspectivas da educação brasileira*. Na apresentação, o texto defende que

procurando corresponder à expectativa de uma conquista de espaço que a educação – por direito – deve ocupar nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais, *Em aberto* tentou sempre manter-se fiel ao seu escopo maior e, desde o primeiro número, estimulou a reflexão e o debate úteis à busca de soluções educacionais. Aliando-se, mais uma vez, aos educadores brasileiros, e esperando que o período que ora se inicia constitua-se (sic) numa etapa nova e realizadora de nossa educação vem, neste número, oferecer subsídios para os rumos que devem tomar as questões educacionais a educação do país (Fonte: EM ABERTO, Apresentação, não paginado, n. 25, 1985) .

Na seção denominada Enfoque, cujo tema é o que dá título ao número (Perspectivas da Educação Brasileira), Paiva (1985, p. 1-8) afirma que a expansão do ensino brasileiro observada nas quatro décadas após a segunda guerra mundial teria sofrido grande redução nos anos setenta, tendo ainda ocorrido um processo de privatização sem paralelos (para aquele momento histórico). A autora destaca, para concluir, a produção de um setor de resistência educacional no ensino não-formal, originado da repressão à ação educativa católica no ensino formal:

Partindo de idéias pedagógicas que estiveram presentes tanto nos primeiros anos de atuação do Movimento de Educação de Base (MEB) quanto nas propostas de Paulo Freire, a tendência dos meios católicos foi a de enfatizar os aspectos considerados não-diretivos em sua ação \_com toda ambigüidade compreendida por qualquer proposta que se pretenda não-diretiva. De qualquer modo, desse processo resultou uma nova pedagogia alternativa, da qual muitos princípios começam a ser assimilados de forma generalizada pelos quadros dedicados à educação não-formal e a penetrar mesmo naqueles ligados ao sistema formal de ensino (PAIVA, 1985, p. 5)

Paiva afirma que tal pedagogia, centrada na base e na ação de agentes envolvidos no cotidiano das comunidades, enfatizava mais as reivindicações localizadas e somente através delas poderiam ser enfrentados os grandes problemas nacionais. As perspectivas apontadas pela autora para a educação, naquele momento da política brasileira, seriam uma municipalização do ensino fundamental, ampliação do papel do Estado e controle sobre o ensino privado; aproveitamento da “intelectualidade pedagógica” [...] (p. 7); d) acesso das classes populares à universidade pública.

Na seção Pontos de Vista, Araújo Filho critica “falta de orientação política da educação nacional” (1985, p. 9), o atrelamento da educação à economia e a ausência da participação popular na formulação das políticas educacionais. Daí sua reivindicação de uma orientação política que levasse em conta a diversidade de situações da educação nacional.

Quanto a isso, pode-se dizer que a administração da educação, a nível federal, tem se caracterizado pela “continuidade do descontínuo” e pelo “dirigismo das ações”. Só se pode entender essa prática como forma de sustentação do poder de dominação, até mesmo porque ela é responsável pelo desvio das atenções dos grandes problemas educacionais (ARAÚJO FILHO, 1985, p. 13).

Entre os problemas emergenciais destacados por Araújo Filho, estavam o déficit educacional “assustador” e o “fracasso no desempenho escolar” (1985, p. 14). É sintomática daquele momento histórico a reflexão com que o autor conclui seu artigo:

Existem muitos outros desafios. Todavia, a consciência do que se deve esperar do próximo governo impõe que seja restrita àqueles desafios que estão a nível do insuportável e que, por isso mesmo, são de natureza emergencial, *pois a sua não solução poderá colocar sérios riscos ao projeto de democratização do país* (ARAÚJO FILHO, 1985, p. 16; grifos nossos).

O artigo seguinte da seção Ponto de vista, de Guiomar Namó de Mello (1985, p. 17), menciona a contradição entre o crescimento da economia e o fracasso da escolarização básica brasileira:

Em recente pronunciamento à Nação, o presidente Figueiredo afirmou que, em breve, o Brasil colocará em órbita seu primeiro satélite espacial. De outro lado, as estatísticas oficiais do MEC dão conta de que, em 1982, como há pelo menos quatro décadas, cerca de 50% dos alunos matriculados na 1ª série do 1º grau não conseguiram concluí-la. Fracassaram logo no início da escolaridade, por abandono

da escola ou repetência.

Concordando com Araújo Filho, a tragédia da educação pública herdada pela Nova República é expressa por Mello (1985, p. 27) como uma emergência nacional:

Se em 1985 for preciso ensinar a ler e escrever na 5ª ou na 6ª série há que arregaçar as mangas e fazê-lo. Antes aprender na 5ª série do que não aprender jamais aquilo que não se aprendeu na 1ª. Enquanto isso, com as primeiras séries de 1985, será preciso desenvolver um trabalho para evitar que, em 1988, após 4 anos de escolaridade, esses mesmos alunos ainda não estejam alfabetizados.

Quase metade da população não conseguia ler e escrever; das crianças que chegavam pela primeira vez à escola, metade experimentava o fracasso logo de entrada. Chegava-se ao “nível do insuportável”, para usar as palavras de Araújo Filho, e isso ilustra as enormes expectativas em torno da elaboração de uma nova Constituição Federal e, para efeito de nosso trabalho em andamento, de seu capítulo sobre educação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dos três autores que compõem o número 25 do periódico, encontramos em Paiva a perspectiva da educação popular, da democratização do ensino superior e da organização dos educadores como caminho para superar os graves problemas elencados ao se começar a debater as questões educacionais herdadas da ditadura. Em Araújo Filho e Mello, o foco se situa na ação governamental, na necessidade de decisões políticas que levassem os governos a assumir como tarefa a superação do fracasso escolar. Considerando que o periódico, nessa fase inicial, voltava-se para dentro do Ministério da Educação e Cultura (para a formação de seus técnicos), hipotetizamos que nesse corpo técnico tal embate fosse materializado em posições que opunham/faziam dialogar educação popular e burocracia educacional estatal, questões ainda a serem enfrentadas ao longo da pesquisa.

### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO FILHO, Luís Soares. Rumos da educação brasileira. *Em Aberto*. v.4, n. 25, 1985. p. 8-14.

FERNANDES, Fabiana Silva e KUHLMAN JR., Moisés. Análise de periódicos na História da Educação: princípios e procedimentos. *Cadernos de Pesquisa* v.42 n.146 p.562-585 maio/ago. 2012

MELLO, Guiomar Namó de. As estratégias da transição democrática. *Em Aberto*, v.4, n. 25, 1985. p. 17-27 (completar e conferir).

PAIVA, Vanilda. Perspectivas da educação brasileira. *Em Aberto*, v.4, n. 25, 1985. p. 1-8.